



# DIÁRIO

## *da Assembleia Nacional*

X LEGISLATURA (2014-2018)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

**Presidente:** Exmo. Sr. Ivo Mendonça

**Secretário:** Exmo. Sr. Adilson Managem

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 12 horas e 40 minutos.

No quadro da análise na especialidade, a 3.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à apreciação conjunta, na especialidade, das propostas de lei n.ºs 25 e 26/X/7.ª/2017 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano

Económico 2018, analisando o orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro. Fizeram uso da palavra, além do Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Afonso Varela), o Sr. Deputado Mário Rainho (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 13 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que damos início a esta reunião da 3.<sup>a</sup> Comissão, discussão na especialidade das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado.

*Eram 12 horas e 40 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**

**Carlos Manuel Cassandra Correia**

**Ivo Mendonça da Costa**

**Joaquim Salvador Afonso**

**Mário Fernando de Jesus Rainho**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Partido da Convergência Democrática (PCD):

**Jorge Coreia**

O Sr. Presidente (Ivo Mendonça): — Srs. Deputados, passemos rapidamente à apreciação do orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro.

Tem a palavra Sr. Ministro Afonso Varela, para fazer a apresentação do orçamento do referido sector.

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Afonso Varela): — Sr. Presidente, o orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro e do Ministro da Presidência são geridos por um mesmo gestor e por um só serviço, mas, contrariamente ao Orçamento da Presidência da República, que foi exposto pelo Sr. Ministro das Finanças, este orçamento e os esboços são feitos pela Direcção do Orçamento.

O orçamento em questão reflecte, no seu todo, a contenção que se pretende. As despesas administrativas, como poderão observar, sofreram até reduções em certos sectores, é verdade. Se me refiro a isso, é porque na apreciação na generalidade esta questão foi levantada no capítulo referente às despesas de missões ao exterior e, quanto ao funcionamento e manutenção da unidade, as verbas conheceram um ligeiro incremento que deve andar na ordem dos 300 000 ou 300 milhões, mas isto fica a dever-se às necessidades dos próprios serviços. Por exemplo, hoje estamos em um processo de reabilitação do próprio edifício e este processo de reabilitação impõe despesas de manutenção que não se tinha anteriormente. Mas depois vamos notar que, relativamente às despesas de funcionamento administrativo, essas despesas caem nalguns sectores, incluindo em alguns serviços como o Gabinete de Cuidado e Género, que está sobre a dependência do Sr. Primeiro-Ministro, cai em relação ao próprio INIC, cai em relação aos outros serviços.

Embora não tenha somado, globalmente, estou convencido de que o orçamento global do Gabinete do Primeiro-Ministro e do Gabinete do Ministro da Presidência ficaram ligeiramente abaixo do montante anterior e isto tentando encontrar esse equilíbrio necessário, para que os fundamentos da economia sejam respeitados.

Não há nada de novo. São as continuações dos projectos para o caso do INIC e relativamente a outros sectores o orçamento é dominado pelas matérias de secretaria, funcionamento, manutenção e salários.

Daí que o orçamento seja mais ou menos idêntico ao orçamento anterior, embora como eu disse, internamente, tenha havido alguns ajustes e podemos notar que em alguns casos essa cifra subiu, mas noutras casos terá descido, o que faz com que, no cômputo geral, tenhamos uma massa global que é mais ou menos idêntica à massa global do orçamento que tivemos no ano passado.

Portanto, é o que eu gostaria de dizer para introduzir o orçamento deste sector e, obviamente, ficarei à disposição, se quisermos falar de algum aspecto concreto deste orçamento e das verbas que estão afectas a este sector.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Ministro.

Srs. Deputados, estamos na especialidade e o espaço está aberto para perguntas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Rainho, para uma intervenção.

O Sr. Mário Rainho (ADI): — Sr. Presidente, tenho uma questão que gostaria de ter um certo esclarecimento no que diz respeito à despesa com o pessoal. Houve uma redução em relação ao

orçamento de 2017 e 2018. A minha pergunta é a que se deve isso, Sr. Ministro. O normal é que a tendência das despesas com o pessoal é subir, mas há um decréscimo aqui.

Estou a referir-me à página 10.

À semelhança de 2017, na mesma página também, no ano anterior, rondava um valor de 19...

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, para uma intervenção.

**O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares:** — Qual é a alínea?

**O Sr. Mário Rainho (ADI):** — Ponto 2, 21 milhões.

**O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, esta questão de redução pode ter uma explicação na saída do Sector de Comunicação Social. Era um sector que estava dependente do Gabinete do Primeiro-Ministro e que saiu e passou a integrar o Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação, por um lado, e, por outro lado, digo isto sobre o controlo dos outros colegas que aqui estão. Eu não sei se as horas extraordinárias integram isso, mas há também um esforço, não é na contenção das horas extraordinárias, é um esforço no rigor, na fixação dessas horas extraordinárias. Não é novidade para ninguém que as horas extraordinárias, que deveriam ser extraordinárias, passaram a ser rendimentos ordinários fixos, independentemente da presença da pessoa, independentemente de ter trabalhado ou não.

Há aqui outra dimensão importante, que tem a ver com a despesa com o pessoal, porque recentemente, eu diria mesmo até este ano, o Estado cobria todas as despesas com as licenças do parto, pré e pós parto, quando essas despesas são da competência exclusiva da Segurança Social. E o que se passa é que a Direcção do Orçamento passou a controlar isso de forma mais rigorosa, para fazer com que essas despesas não sejam suportadas pelo Orçamento Geral do Estado, mas pela Segurança Social. Isto é qualquer coisa que também vai ter um impacto não só a nível deste Gabinete, mas ao nível de toda a Administração Pública, que vai transferir efectivamente essas despesas para a Segurança Social, o que permitirá certamente fazer alguma economia com a despesa do pessoal. É certo também que não podemos, pela natureza da despesa, dizer quanto é que se vai poupar, porque não se pode saber quantas pessoas vão dar a luz, mas a Direcção do Orçamento tem um histórico, o que lhe permite ter uma estimativa para o futuro, no sentido de saber que para este ano ou para cada ano teremos uma poupança na ordem de tanto. Então, isto reflecte depois nos diversos serviços.

São essas três justificações para essa descida.

**O Sr. Presidente:** — Obrigado Sr. Ministro.

Portanto, Sr. Deputado Mário, já está esclarecido?

**O Sr. Mário Rainho (ADI):**— Obrigado pelo esclarecimento.

**O Sr. Presidente:** — Mais intervenções, Srs. Deputados.

Não havendo, podemos terminar a análise do Gabinete do Primeiro-Ministro e do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e passar para o outro ministério.

*Eram 13 horas e 55 minutos.*

*Faltaram à reunião os seguintes Srs. Deputados:*

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Deolindo Luís da Trindade da Mata**

**Maria das Neves Baptista de Sousa**

**Vasco Gonçalves Guiva**